

# Seminário

2019

Saúde e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:  
Desafios para uma Década – **Relatório Sumário**



## FICHA TÉCNICA

Portugal. Ministério da Saúde. Direção-Geral da Saúde.  
Seminário “Saúde e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Desafios para uma década”  
Relatório Sumário  
Lisboa: Direção-Geral da Saúde, 2020.

### EDITOR

Direção-Geral da Saúde  
Alameda D. Afonso Henriques, 45 1049-005 Lisboa  
Tel.: 218 430 500  
Fax: 218 430 530  
E-mail: [geral@dgs.min-saude.pt](mailto:geral@dgs.min-saude.pt)  
[www.dgs.pt](http://www.dgs.pt)

### AUTOR

Plano Nacional de Saúde

### Diretora-Geral da Saúde

Maria da Graça Freitas

### Plano Nacional de Saúde

#### Diretora Executiva

*Maria Fátima Quitério*

#### Coordenação Técnica

*Ana Cristina Garcia*

*Manuela Mendonça Felício*

#### Equipa de Apoio

*Carla Andrade*

*Carlos Matos*

*Gabriela Soares Machado*

*Jorge Tavares*

*Pedro Ferreira*

*Teresa Galhardo*

#### Relatores

*Rita Sá Machado*

*Sofia Rocha*

Lisboa, Setembro, 2020

E-mail de contacto

[pns-21-30@dgs.min-saude.pt](mailto:pns-21-30@dgs.min-saude.pt)

A realização do Seminário “Saúde e ODS: desafios para uma década” marcou o início do processo de construção do **Plano Nacional de Saúde 2021-2030**



## Índice

Nota Introdutória .....	2
I - Não é possível atingir saúde sem cooperação intersectorial .....	3
II - Não é possível atingir saúde e desenvolvimento sustentável sem uma abordagem integrada .....	4
III - Alcançar os ODS implica aproximar a Humanidade .....	7
IV - O planeamento em saúde no alcance da saúde sustentável e o paradigma da sustentabilidade no processo de planeamento em saúde .....	10
Nota Final .....	12

## *Nota Introdutória*

Realizou-se no dia 9 de outubro de 2019, na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, o seminário “Saúde e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Desafios para uma década”, organizado pela Direção-Geral da Saúde, que contou com a assistência presencial de mais de 200 participantes, bem como inúmeros acessos em streaming de todo o país.

Em 2021 iniciar-se-á um novo ciclo de Planeamento estratégico em Saúde, de base populacional, em Portugal, com o Plano Nacional de Saúde 2021 – 2030, que se alinhará com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Desta forma, pretende-se assegurar uma estrutura para enfrentar os desafios da próxima década que ainda persistem no nosso país, como as alterações demográficas e as migrações, a pobreza, as desigualdades, as iniquidades crescentes e a degradação ambiental, somadas às consequências da atual crise pandémica.

Sendo a Saúde determinada e determinante do Desenvolvimento Sustentável, torna-se necessário abordar, de forma equilibrada e integrada, os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), para ser possível alcançar o melhor estado de saúde e bem-estar possíveis para a nossa população.

O atual contexto da pandemia de COVID-19 e suas múltiplas consequências torna ainda mais importante e atual o tema deste Seminário, pelo que se apresenta neste documento o Relatório Sumário das suas principais conclusões.

O Relatório Sumário foi escrito com base nos relatos escritos efetuados pelas duas relatoras do Seminário, bem como nas apresentações disponibilizadas. <sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> A versão em língua inglesa deste Relatório Sumário, bem como uma versão mais completa do Relatório do Seminário (em português e em inglês) os powerpoints e o registo em vídeo das apresentações efetuadas poderão ser acedidos neste link: <https://www.dgs.pt/em-destaque/seminario-saude-e-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-desafios-para-uma-decada2.aspx>

## ***I - Não é possível atingir saúde sem cooperação intersectorial***

### **Conferência Inaugural**

**“ODS e Europa”:** Bettina Menne | Coordinator, Sustainable Development and Health (SDG)  
- WHO Regional Office for Europe

A **saúde é central para o desenvolvimento sustentável**, estando incluídos, no ODS #3, treze objetivos específicos da saúde; no entanto, nos restantes ODS podemos encontrar mais de trinta objetivos que concorrem para a melhoria da saúde das nossas populações.

Para que o desenvolvimento sustentável possa ocorrer, é preciso colocar na agenda **quatro atividades principais nas revisões das políticas de saúde nacionais (E4A – Engage the 4 A’s: assess, align, accelerate, account)**, e envolver, de forma sistemática, *stakeholders* em todos os sectores, de dentro e fora da saúde, e em todos os níveis, desde os jovens aos políticos.

#### **E4A:**

##### **1. Avaliar (Assess): onde estamos?**

Duas componentes:

- a) Diagnóstico: qual o índice de desenvolvimento sustentável que o país ocupa neste momento?
- b) Análise: qual o nível de alinhamento das estratégias/planos de saúde com os ODS?

##### **2. Alinhar (Align): onde queremos estar em 2030?**

Promover a harmonização de políticas e processos, dentro e entre setores.

##### **3. Acelerar (Accelerate): como podemos acelerar o progresso?**

Identificar/desenvolver políticas e/ou programas que possam, de forma catalítica, desencadear efeitos positivos multiplicativos, através dos ODS e respetivas metas.

##### **4. Prestar contas (Account): como podemos medir o progresso da melhor forma?**

Através de processos formais (contratos sociais) e informais (por exemplo, colaboração com a Academia).

A **implementação do roteiro dos ODS** deve reforçar a atenção ao ciclo de vida, a co-benefícios pouco explorados, bem como a aspetos legais e comportamentais, entre outros.

## ***II - Não é possível atingir saúde e desenvolvimento sustentável sem uma abordagem integrada***

### **Painel 1**

#### **“Saúde e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: uma abordagem integrada”**

Moderador: **Fátima Quitério** | Diretora Executiva do Plano Nacional de Saúde

**Ana Raquel Nunes** | Warwick Medical School, University of Warwick, UK

**Paula Santana** | Departamento de Geografia e Turismo da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra;

**Pedro Matos Soares** | Instituto D. Luís, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa;

**Alexandra Lopes** | Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto;

**Julian Perelman** | Centro de Investigação em Saúde Pública, Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade Nova de Lisboa.

A investigação tem dado contributos importantes para o desenvolvimento, implementação e monitorização de um **modelo integrado dos ODS**, identificando sinergias entre saúde e bem-estar, e outros ODS. Uma vez identificadas as sinergias, são identificadas as interdependências, estratégias e medidas a adotar, com a inclusão e participação efetivas dos sectores da saúde e fora da saúde.

O **estudo europeu *Euro-Healthy*** auxilia a priorização de políticas públicas com maior potencial para promover a equidade em saúde.

O **Índice de Saúde da População**, permite avaliar a saúde da população em diferentes territórios; multidimensional e transdisciplinar, permite comparações em todo o espaço europeu, contribuindo para a base de evidência de apoio à decisão política e intersectorial.

Plataforma <https://healthyregionseurope.uc.pt>

**As alterações climáticas são um dos maiores desafios que a humanidade enfrenta, e Portugal é das áreas do mundo consideradas mais vulneráveis.** Atualmente estamos fora da variabilidade climática “normal” da Terra, num período de aquecimento sem precedentes e com sinais claros de estarmos a entrar num clima diferente. Também temos

cada vez mais eventos extremos, que levaram ao deslocamento por catástrofes, em 2015, de 19.2 milhões de pessoas.

Modelos regionais (RCM nesting) com algumas **previsões para Portugal:**

- Temperatura: aumento do valor das temperaturas mínimas;
- Temperaturas extremas: projetadas 6 a 7 ondas de calor/ano, para o interior de Portugal com a duração, em média, de 18 dias, e acima de 20 dias no nordeste;
- Precipitação: Outono com perdas superiores a 20%;
- Riscos de incêndio mais elevados;
- Poluição atmosférica, poluição das águas;
- Fenómenos extremos (associados a tempestades): aumentos grandes, nomeadamente, de 60% na zona sul
- Nível médio do mar: riscos grandes para Aveiro e Lisboa

**Impacto das alterações climáticas na saúde:** síndromes respiratórias; surtos de doenças transmitidas pela água; dificuldade no transporte de doentes; impacto na habitação; mortalidade; doença mental; doenças por vetores; qualidade do ar; doenças cardiovasculares; alergias.

**Impacto das alterações climáticas na segurança alimentar:** degradação ambiental, grandes deslocamentos de pessoas e conflitos.

O **gradiente socioeconómico na distribuição da saúde e da doença** tem sido amplamente estudado desde há décadas; as abordagens multidimensionais e multisectoriais integradas são necessárias para obter ganhos em saúde, evidência já do nosso conhecimento há algum tempo. Então, porque é que ainda não conseguimos alterar o paradigma? Precisamos de perceber o porquê do aparente insucesso sistemático na área dos gradientes sociais e saúde. **O comportamento humano é socialmente localizado e desenvolve-se no âmbito de estruturas sociais que estão para lá do indivíduo**, mas depois estas estruturas sociais não são tidas em conta, porque se acha que o indivíduo mudará os seus comportamentos, se lhe for dada a informação suficiente.

Tendo um Serviço Nacional de Saúde universal e tendencialmente gratuito, como é que ainda persistem desigualdades sociais em saúde? **Quais as políticas que são mais efetivas em reduzir as desigualdade em saúde?** (“The health impact pyramid”) As políticas relacionadas com os fatores socioeconómicos, que afetam o contexto de maneira global (exemplos: política de redução do sal; taxação de bebidas açucaradas; desnormalização do tabagismo - aumento do preço do tabaco; proibição de fumar em locais fechados; rotulagem dos produtos alimentares). **As intervenções mais macro (modificação do contexto) são mais custo-efetivas do que as intervenções individuais**, mas continua a investir-se nas intervenções individuais. Existe, portanto, um **problema de alocação de recursos**, e não apenas um problema de saúde.

### **III – Alcançar os ODS implica aproximar a Humanidade**

#### **Painel 2:**

#### **“Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Mundo Global”**

Moderador: **Ana Correia** – Direção Geral da Saúde, Divisão de Cooperação

**Isabel Craveiro** | Instituto de Higiene e Medicina Tropical

**Gonçalo Motta** | Instituto Camões

**João de Almeida Pedro** | Fundação Calouste Gulbenkian

**Mário Parra da Silva** | *Chair of the Board - Global Compact Network Portugal*

O **conceito de saúde global** engloba questões de saúde que transcendem fronteiras e governos nacionais, exigindo ações das forças globais que determinam a saúde das pessoas. É, também, área de estudo, pesquisa e prática, para melhorar a saúde e promover a equidade na saúde.

Para resolver problemas de ordem global, temos de **mudar a alocação de recursos**, nunca esquecendo a **sustentabilidade**.

Para atingirmos a **mudança, ao nível da saúde global**, é preciso:

1. Liderar e gerir sistemas de saúde;
2. Construir redes de recursos humanos de saúde, em número suficiente, com competências suficientes;
3. Gerar o conhecimento necessário para melhorar a saúde global;
4. Perceber que mecanismos estão a ser utilizados na translação de conhecimento;
5. Melhorar a vida das pessoas com soluções baseadas na evidência;
6. Reduzir as desigualdades de forma sustentável.

A grande diferença da Agenda dos ODS 2030 é que implica uma conjugação de esforços de uma multiplicidade de atores da sociedade civil. No que diz respeito a Portugal, em 2016: foram adotadas medidas de coordenação interministerial; criada uma grelha de atribuições - ministério coordenador de cada ODS; trabalho com a sociedade civil, outros ministérios e com a administração; elaboração do Relatório Voluntário Nacional, considerado a ferramenta de suporte à implementação da Agenda 2030, de análise da política nacional e

comunitária, à luz das metas dos ODS. Portugal ocupa a 31ª posição no ranking da implementação da agenda (de 156 países) - o único ODS a “verde” é o ODS7 (energia), embora o ODS6 (água) esteja “quase a verde”. A Declaração Política adotada após a Cimeira dos ODS inclui mais de 100 ações de aceleração de implementação da Agenda 2030. **O essencial é incorporarmos os ODS na própria vida e estabelecermos parcerias**, seja com o colega de trabalho, com uma instituição ou com a comunidade.

O sector filantrópico é constituído por fundações, nas quais o dinheiro é privado, mas usado para o interesse público. Contudo a *accountability* é baixa. As fundações são locais, mas têm preocupações globais. **Não será possível alcançar os ODS sem aproximar a humanidade**, deixando de separar os diversos países através de categorias como “ricos e pobres” ou “norte e sul”. A filantropia compromete-se, globalmente, enquanto parceiro, financiador e criador de estruturas para dados. Os *EEA Grants* (consórcio liderado pela Noruega) são o 1º financiador dos ODS em Portugal; a Fundação Calouste Gulbenkian é a 3ª. É imperativo que sejam criadas plataformas, com dados oficiais e não oficiais, e que mostrem **em que ODS (um ou vários) está a ser aplicado o dinheiro das fundações**, numa ótica de transparência total.

Em relação ao desenvolvimento sustentável, existem alguns **desafios** que se impõem:

1. Falta de fundos públicos e incapacidade do Governo em atuar, de forma sustentada, para alcançar os ODS;
2. Independência de atuações e responsabilidades, a cada novo ciclo político.

É preciso **aliar os setores público e privado no caminho do desenvolvimento sustentável**.

Atualmente, e após redefinição da estrutura e dos seus objetivos, as corporações fazem parte de um ecossistema crucial – a economia está completamente integrada. No entanto, considerando o seu funcionamento atual, os Estados estão completamente obsoletos, resistindo à **multilateralidade**, por ausência de compreensão do impacto que organismos multilaterais podem ter no desenvolvimento.

A saúde tende a desviar-se para equipamentos, respetivos técnicos e medicamentos cada vez mais caros, e o Estado não consegue aguentar esta pressão.

**Não há Estado que aguento o nível de impostos que é necessário para ir, de forma contínua, ao encontro das necessidades das pessoas.** Então, como alterar o paradigma atual?

Isso implica a mudança de paradigma dos Estados e das estruturas de cada Estado, que ainda convivem mal com as questões da multilateralidade e da intersectorialidade (estruturas ainda eminentemente rígidas e verticais, procurando dar resposta a problemas horizontais e dinâmicos - em constante mutação). As empresas, no âmbito do ODS #3 (Saúde e Bem-estar) têm de providenciar ambientes salutogénicos para os seus trabalhadores, transformando o trabalho numa fonte de alegria e saúde, e não o inverso. Questões relacionadas com a **saúde mental e o burnout** têm de ser, urgentemente, tidas em conta **nas empresas e nos locais de trabalho**. Neste âmbito, os ODS apelam à **criação de um novo tipo de empresa**, nas quais as pessoas trabalham, apenas, o tempo que está contratado, permitindo uma verdadeira conciliação entre o tempo de trabalho, vida familiar e vida pessoal.

## ***IV - O planeamento em saúde no alcance da saúde sustentável e o paradigma da sustentabilidade no processo de planeamento em saúde***

### **Conferência**

#### **Planeamento em Saúde e Saúde Sustentável**

**Ana Cristina Garcia** | Coordenação Técnica da Estratégia e do Plano Nacional de Saúde

**Desenvolvimento sustentável** - definição adotada: desenvolvimento que responde às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras em responder às suas necessidades (Harlem Brundtland).

**Saúde e bem-estar sustentáveis:** integração de todos os ODS e a saúde, e da saúde e todos os ODS. Saúde e bem-estar como resultado, determinante e facilitador do alcance dos ODS.

**Planeamento em saúde de base populacional:** centrado na saúde das pessoas; visa melhorar o nível de saúde das populações; parte das necessidades de saúde; obedece a um processo lógico, de etapas sequenciais. **Os processos de planeamento em saúde têm de ser melhorados.**

Os planeadores em saúde devem escolher o modelo dos ODS mais adequado; existem vários esquemas possíveis: *Economics of Ecosystems and biodiversity - TEEB*; *The Gap Frame - Muff*, 2017; Relatório Voluntário Nacional de Portugal (orientação pelos 5 P – Pessoas, Paz, Prosperidade, Parcerias e Planeta).

Exige olhar de uma nova forma para os **determinantes de saúde** (o “arco-íris” de Dalgreen e Whitehead mais os ODS, e onde se ligam), bem como para a **tipologia dos problemas de saúde:** de elevada magnitude; de baixa magnitude, mas de elevado potencial de risco de ocorrência. Temos que investir nas abordagens multimetodológicas, utilizando uma metodologia de forte base epidemiológica, mas utilizando também métodos qualitativos (por exemplo, técnicas de consenso, grupos focais...) que permitam e facilitem o envolvimento dos diferentes *stakeholders*.

**Em resumo:** planear em saúde deveria significar planear para a saúde sustentável. É importante reconhecer o valor social cada vez maior da saúde e igualmente importante é o compromisso intersectorial (contrato social); é, portanto, necessário um verdadeiro

planeamento intersectorial, ao contrário do “sectorial ainda que integrado”. A determinação de necessidades de saúde deve ter um enfoque nas desigualdades e o processo de planeamento em saúde deve decorrer aos vários níveis (nacional e subnacional), de forma coerente e alinhada. Por último, são essenciais a valorização da participação dos cidadãos e das organizações da sociedade civil em parcerias, com o envolvimento de todos os parceiros com interesse nos ODS, a valorização da comunicação, bem como a valorização da monitorização e avaliação dos ODS (um processo de *learning by doing*).

## Nota Final

O processo de construção do PNS 2021-2030 foi lançado publicamente neste Seminário. O seu mote - **“Saúde Sustentável: de Tod@s para Tod@s”**-, é cada vez mais relevante e atual, quer para o presente, quer para o futuro de Portugal, como País soberano e no Mundo Global. O mesmo se aplica em relação aos seus “Termos de Referência”, que preconizam um modelo “integrador, intersectorial e multidisciplinar, que intersecta as dimensões ambiental, social e económica, e é desenvolvido aos níveis nacional e subnacional”, em alinhamento com o *E4A (Engage the 4 A’s)*, preconizado pela OMS Europa. A **Agenda 2030 e os seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)** devem ser usados como um *roadmap* para a recuperação da crise pandémica atual, abrindo caminho para uma nova economia, mais equitativa, inclusiva e sustentável, mais resiliente às pandemias, às alterações climáticas e a outros desafios globais.

É, portanto, necessária uma abordagem multissectorial com a **saúde** enquanto determinante e determinada, **no centro** (e não como apenas um dos pilares) dos domínios social, económico e ambiental, intersectando os ODS e assumindo um papel fundamental no plano de recuperação do País. O processo de construção e implementação do **PNS 2021-2030**, a nível nacional, envolvendo também os **Programas de Saúde Nacionais**, e dos **Planos Locais de Saúde**, a nível local, oferecem esta abordagem e, como tal, uma renovada esperança e oportunidade para Portugal atingir os ODS e mais Saúde Sustentável até 2030.



Alameda D. Afonso Henriques, 45  
1049-005 Lisboa – Portugal  
Tel.: +351 218 430 500  
Fax: +351 218 430 530  
E-mail: [geral@dgs.min-saude.pt](mailto:geral@dgs.min-saude.pt)  
[www.dgs.pt](http://www.dgs.pt)